



Conselho da
União Europeia

Bruxelas, 24 de fevereiro de 2021
(OR. en)

**Dossiê interinstitucional:
2021/0048(NLE)**

**6446/21
ADD 25**

**RECH 72
COMPET 123
IND 40
MI 105
SAN 82
TRANS 94
AVIATION 42
ENER 50
ENV 94
SOC 95
TELECOM 70
AGRI 79
SUSTDEV 22
REGIO 29
IA 22**

NOTA DE ENVIO

de:	Secretária-geral da Comissão Europeia, com a assinatura de Martine DEPREZ, diretora
data de receção:	23 de fevereiro de 2021
para:	Jeppe TRANHOLM-MIKKELSEN, Secretário-Geral do Conselho da União Europeia
n.º doc. Com.:	SWD(2021) 38 final – Parte 4/9
Assunto:	DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO – RELATÓRIO DO RESUMO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO que acompanha o documento – Proposta de Regulamento do Conselho que cria as Empresas Comuns ao abrigo do Horizonte Europa Parceria Europeia para as Redes e Serviços Inteligentes

Envia-se em anexo, à atenção das delegações, o documento SWD(2021) 38 final – Parte 4/9.

Anexo: SWD(2021) 38 final – Parte 4/9

Bruxelas, 23.2.2021
SWD(2021) 38 final

PART 4/9

DOCUMENTO DE TRABALHO DOS SERVIÇOS DA COMISSÃO
RELATÓRIO DO RESUMO DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO

que acompanha o documento

**Proposta de Regulamento do Conselho que cria as Empresas Comuns ao abrigo do
Horizonte Europa**

Parceria Europeia para as Redes e Serviços Inteligentes

{COM(2021) 87 final} - {SEC(2021) 100 final} - {SWD(2021) 37 final}

Folha de síntese (máximo 2 páginas)
Avaliação de impacto relativa a uma potencial parceria europeia institucionalizada para as redes e serviços inteligentes ¹
A. Necessidade de agir
Qual o problema e por que tem dimensão europeia?
<p>A indústria europeia de redes e serviços enfrenta desafios de competitividade industrial e de soberania tecnológica no que diz respeito à implantação de infraestruturas 5G como base para mercados-piloto digitais e à investigação e inovação em sistemas 6G. Os principais problemas são os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • incapacidade da Europa de explorar todo o potencial da digitalização da economia; • soberania tecnológica limitada no que diz respeito às tecnologias críticas das redes inteligentes e das cadeias de valor dos serviços, em especial devido ao constante aumento da concorrência mundial para os fornecedores europeus; • implantação lenta de plataformas de infraestruturas para mercados pioneiros digitais; e • interesse limitado na abordagem de questões societais, como as alterações climáticas, mediante soluções digitais. <p>As principais causas dos problemas são as seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ✘ capacidades insuficientes da 5G para responder a requisitos avançados em matéria de comunicação e computação; ✘ a presença insuficiente de intervenientes da UE nas cadeias de valor digitais mundiais; ✘ a falta de integração das cadeias de valor da UE; ✘ o desenvolvimento lento da tecnologia 5G; ✘ a necessidade de cibersegurança, ética e privacidade; e ✘ a falta de eficiência energética. <p>Prevê-se que as questões supramencionadas conduzam a uma soberania tecnológica limitada no que diz respeito às tecnologias críticas de redes inteligentes e cadeias de valor de serviços, à falta de plataformas de infraestruturas para a inovação e ao risco de haver um atraso na investigação sobre redes e serviços baseados em 6G.</p>
Quais são os resultados esperados?
<p>O objetivo consiste em garantir a soberania tecnológica no que diz respeito às redes inteligentes e às cadeias de valor de serviços. Neste contexto, o objetivo é permitir que os intervenientes europeus desenvolvam as capacidades de I&I em matéria de tecnologias 6G como base para futuros serviços digitais no período até 2030. A iniciativa visa igualmente promover o desenvolvimento de mercados pioneiros para as infraestruturas e serviços 5G na Europa. Ambos os conjuntos de atividades (para a implantação de infraestruturas 5G e para a I&I sobre 6G) promoverão o alinhamento de futuras redes e serviços inteligentes com as necessidades políticas e societais da UE, incluindo a eficiência energética, a privacidade, a ética e a cibersegurança.</p>

¹ «Redes e serviços inteligentes» é um título provisório; será ajustado de acordo com orientações políticas de alto nível a tempo da adoção da proposta da Comissão.

Qual é o valor acrescentado da ação a nível da UE (subsidiariedade)?
Esta parceria abordará os desafios transfronteiras/transnacionais, a partilha de recursos, os roteiros estratégicos, a necessidade de massa crítica para alcançar os objetivos políticos e a necessidade de coordenar diferentes intervenientes em diferentes setores da economia digital, que os Estados-Membros agindo isoladamente não podem resolver de forma eficaz, em especial no que diz respeito à I&I sobre os sistemas 6G.
B. Soluções
Quais são as várias opções para cumprir os objetivos? Há alguma opção preferida? Em caso negativo, por que razão?
As opções são as seguintes: <ul style="list-style-type: none"> • opção de base — convites tradicionais no âmbito do programa-quadro; • opção 1 — parceria europeia coprogramada; • opção 2 — parceria europeia institucionalizada. A opção preferida é a opção 2, que provavelmente terá o maior impacto científico, económico e societal e uma maior coerência, embora seja a mais dispendiosa e complexa.
Quais são as perspetivas dos vários intervenientes? Quem apoia cada uma das opções?
As partes interessadas reconheceram a importância de uma abordagem em parceria para o futuro ecossistema de redes e serviços da Europa em todas as cadeias de valor digitais. A consulta indicou uma preferência por uma parceria coprogramada ou institucionalizada, mas muitos inquiridos, incluindo os principais intervenientes, salientaram que também estão abertos a ambos os modelos, dependendo de uma série de fatores administrativos e jurídicos.
C. Impactos da opção preferida
Quais os benefícios da opção preferida (se existir; caso contrário, das principais opções)?
Os benefícios são claramente maximizados no âmbito da opção de parceria institucionalizada (opção 2), que: <ol style="list-style-type: none"> 1. Pode ser mais eficaz, especialmente em termos de impactos económicos, tecnológicos e sociais, garantindo um maior empenho das partes interessadas e contribuindo para as atividades de regulamentação e normalização, e para as políticas públicas, incluindo a soberania tecnológica e os objetivos do «pacto ecológico»; 2. Pode melhorar a coerência externa através da ligação eficaz a outras iniciativas e de um mandato claro para estabelecer sinergias com programas da UE, nacionais e regionais, em especial para implantação; 3. Pode proporcionar uma boa eficiência global, apesar dos custos adicionais.
Quais são os custos da opção preferida (se existir; caso contrário, das principais opções)?
Os custos dizem respeito à criação de uma empresa comum e ao seu funcionamento.

Quais são os efeitos para as PME e a competitividade?
As empresas da UE no domínio da criação de redes, da computação em nuvem e da Internet das coisas beneficiarão mais do que as empresas das indústrias «verticais». A iniciativa deverá também ajudá-las a maximizar a eficácia dos investimentos na I&I e a acelerar o processo de desenvolvimento, o que melhorará a sua competitividade. As PME e as microempresas da UE neste domínio terão benefícios económicos diretos e indiretos. A parceria não lhes imporá obrigações regulamentares; pelo contrário, criará oportunidades em termos de redução de custos para a conceção de novos produtos e ajuda-las-á a aceder mais facilmente ao investimento para implantar soluções comercializáveis à escala da UE.
Haverá impactos significativos nos orçamentos e nas administrações públicas nacionais?
O impacto nos orçamentos e na administração nacionais limitar-se-á à participação na governação.
Haverá outros impactos significativos?
Haverá impactos positivos na competitividade, na normalização à escala mundial e no comércio e investimento conexos.
Proporcionalidade?
A opção preferida não excede o que é necessário para resolver o problema original.
D. Acompanhamento
Quando será revista a política?
A parceria será revista em conformidade com a política normalizada do Horizonte Europa sobre a revisão das parcerias, envolvendo provavelmente análises anuais dos indicadores-chave de desempenho (ICD), bem como uma revisão aprofundada a médio prazo e perto do final do Horizonte Europa.